



Início de julgamento de ADCs sobre execução antecipada foi destaque

A execução antecipada da pena voltou à pauta do Supremo Tribunal Federal, que [iniciou o julgamento](#) das ações declaratórias de constitucionalidade sobre a questão. A OAB e dois partidos políticos pedem que o STF condicione o início do cumprimento da pena ao esgotamento de todas as possibilidades de recurso — o trânsito em julgado.

A primeira sessão foi dedicada à leitura do relator, ministro Marco Aurélio, e às sustentações orais dos autores das três ADCs e dos *amici curiae*. A expectativa é que o julgamento seja retomado na próxima quarta-feira (23/10), a partir das 9h30.

A questão tem gerado intensos debates e não há um consenso nem mesmo quanto ao número de possíveis beneficiados caso o Supremo resolva que não cabe a execução provisória. Enquanto alarmistas afirmam que a decisão pode



Celso de Mello nega HC que tentava derrubar o site The Intercept

Alexandre de Moraes suspende ações sobre prazo de perícia do INSS

TJ-SP cria primeiras Varas Regionais Empresariais do estado

TSE reabre investigação sobre uso de fake news em massa

Segunda (14/10)

Terça (15/10)

Quarta (16/10)

Quinta (17/10)

Competência para julgar IRDR é do segundo grau, e não do STF

Publicado decreto que regulamenta o trabalho temporário

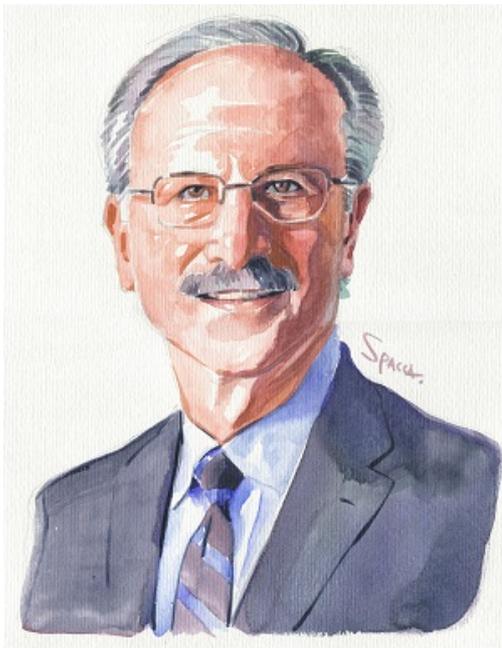
Nova norma regulamenta negociação de dívidas de contribuintes

Defesa recebida 4 minutos após horário de expediente é intempestiva

Frase da semana

O alcance dos destinatários da liberdade religiosa não deve ser medido pela força numérica, nem pela importância social de determinada associação religiosa. A liberdade de credo deve ser assegurada de modo igual a todos, desde os membros de pequenas comunidades religiosas aos das grandes igrejas e de seitas exóticas ao círculo cultural", **Gilmar Mendes**, ministro do STF, em [voto](#) durante o julgamento sobre transfusão de sangue em

Testemunhas de Jeová.



Em [entrevista](#) à **ConJur**, o árbitro norte-americano **Mark Cymrot**

explica que a arbitragem é um processo absolutamente à parte, e não uma ação judicial privada. Assim, as partes podem combinar como serão as regras processuais. E a própria elaboração dessas cláusulas já é parte da defesa do cliente, antes mesmo de o litígio ocorrer.

"Flexibilidade da arbitragem oferece muitas ferramentas para proteger cliente", afirmou o árbitro, que esteve no Brasil em setembro, para palestrar no evento mensal do Centro de Estudos das Sociedades de Advogados (Cesa).

Ranking

ConJur



2,7 milhões

número de visualizações
de página na ConJur



1,3 milhão

número de visitantes
na página

Fonte: Google Analytics

Com 67,5 mil acessos, a [notícia mais lida](#) mostra o caso de um promotor

pediu que conste em ata que defensor público é maconheiro. O caso aconteceu em São Paulo após um debate entre ambos.

Após afirmar que o promotor julgava as pessoas pela aparência, o membro do MP questionou se o defensor fumava maconha. Com a resposta positiva, pediu que fosse registrado em ata.

Na sequência, o defensor também pediu que estivesse em ata que sua resposta foi "irônica". Que sua afirmação teria meramente fins retóricos no exercício da plenitude de defesa.

Com 65,3 mil acessos, a [segunda notícia](#) trata de uma decisão do ministro Celso de Mello, do Supremo, que negou pedido para bloquear o site *The Intercept Brasil* e apreender todo o material veiculado. O HC foi impetrado por um advogado, sem autorização, em favor do ministro da Justiça, Sergio Moro.

As dez mais lidas

[Promotor pede que conste em ata que defensor público é maconheiro](#)

[Celso de Mello nega HC que tentava derrubar o site *The Intercept*](#)

[Villas Bôas volta a intimidar STF antes de sessão sobre 2ª instância](#)

[Alexandre de Moraes suspende ações sobre prazo de perícia médica do INSS](#)

[MPF adulterou diálogos de Joesley e Temer, diz juiz federal](#)

[Juízes que citam Lei de Abuso em decisões correm risco de prevaricação](#)

[Colunas "Contas à Vista": Decisão do STF aumentou em 65% o valor de precatórios entre 2009 e 2019](#)

[STJ afasta súmula 691 e relaxa prisão preventiva por excesso de prazo](#)



[Encontro "secreto" de Deltan foi com bancos réus em ação da Petrobras nos EUA](#)
[Marco Aurélio aposta em decisão contra a prisão em segunda instância](#)

Manchetes da Semana

[STJ manda juiz verificar superlotação de unidades antes de mandar internar jovem](#)
[Defesa recebida 4 minutos após horário de expediente de cartório é intempestiva](#)
[MPF adulterou diálogos entre Joesley Batista e Michel Temer, diz juiz federal](#)
[Com ressalvas, tributaristas elogiam MP que viabiliza acordo de União e devedores](#)
[Destituição do poder familiar pode ser pedida por quem não é da família, diz STJ](#)
[Decisão sobre execução provisória não beneficia quem põe ordem pública em risco](#)
[CPC dispensa remessa necessária em sentenças ilíquidas contra INSS, decide STJ](#)
[STF pauta para a quinta-feira o julgamento sobre a execução antecipada da pena](#)
[Celso de Mello nega Habeas Corpus que tentava derrubar o site *The Intercept*](#)
[Pendência de julgamento no exterior não impede ação penal no Brasil, decide STJ](#)
[De ofício, STF tranca ação contra assessor jurídico por assinatura em parecer](#)
[Mark Cymrot: "Flexibilidade da arbitragem oferece muitas ferramentas para proteger o cliente"](#)
[Denúncia por dispensa de licitação deve apontar dolo e prejuízo ao erário, diz STJ](#)
[STJ pode abrir precedente para condenar governadores de estados em crise fiscal](#)
[Conselho Federal da OAB e Cade estudam acordo sobre a tabela de honorários](#)

Date Created

19/10/2019